



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 01/08/2023 18:25:18.333 - CDHMIIR

REQ n.153/2023

Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial

REQUERIMENTO Nº DE 2023

(Da Sra. Reginete Bispo)

Requer a realização de Audiência Pública a fim de promover discussão sobre a abordagem dos agentes de segurança pública e privada e dá outras providências.

Senhora Presidenta,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 255 e 256, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública a fim de promover discussão em relação ao PL 5231/2020 que trata da abordagem dos agentes de segurança públicos e privados, sendo que o mesmo está sob nossa relatoria nesta comissão.

Com a presença dos seguintes convidados: Senador da República Paulo Paim (PT/RS), Representante Ministério dos Direitos Humanos, Representante do Ministério da Igualdade Racial, Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS), Prof. Dra. Jaqueline Muniz (UFF), Prof. Dr. Rodrigo G. de Azevedo (PUC/RS), Representação da Coalizão Negra por Direitos e ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo.





JUSTIFICAÇÃO

O pedido de audiência pública se dá pela necessidade de considerar dos dados apresentados relativos à violência no Brasil em relação aos casos de abordagens dos agentes de segurança pública e ou privada, debatendo o PL 5231/2020 de autoria do Senador Paulo Paim (PT/RS) que encontra-se em processo de relatoria pela deputada.

Nossa proposta de audiência pública da-se , concomitantemente, ao debate em relação aos dados do “Monitor da Violência” do G1 que informam que ao menos 6,1 mil pessoas foram mortas pelas polícias estaduais brasileiras no ano de 2021. Isto equivale a uma taxa de 2.9 mortes a cada 100 mil habitantes. Tratam-se de um dado de vitimização preocupante e que mantém as polícias brasileiras entre as mais violentas e letais do mundo, ao lado de países como Filipinas e Venezuela.

O perfil das vítimas da letalidade policial tem um recorte nítido racial, pois ao menos 81,5% são negros (pretos e pardos), apesar destes representarem apenas 56% da população brasileira. Isto indica que negros são mortos de maneira desproporcional, evidenciando o caráter racial deste tipo de ação, um reflexo do racismo estrutural onipresente na sociedade brasileira.

A operação recente , após morte de PM da Rota em Guarujá, no litoral paulista, apresenta elementos importantes para reflexão em relação a tramitação do PL 5231/2020, pois a mesma dispõe sobre a vedação de conduta de agente público ou profissional de segurança privada motivada por discriminação ou preconceito de qualquer natureza, notadamente de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero ou orientação sexual, sobre o combate a essas formas de preconceito nas relações de consumo e sobre a obrigatoriedade de os cursos de formação e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

aperfeiçoamento de agentes de segurança pública e privada incluírem conteúdos relacionados a Direitos Humanos, combate ao racismo, à violência de gênero e às demais formas de discriminação e preconceito.

Sala das Comissões, 01 de agosto de 2023.

Deputada Reginete Bispo

PT/RS

Senador Paulo Paim

PT/RS

